EIXO 1 — INFÂNCIAS, CULTURAS E DIREITOS HUMANOS

ALÉM DA HISTÓRIA ÚNICA: EXPERIÊNCIAS LÚDICAS DE CRIANÇAS EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Glória Virgínia Dias de Moura[1]

A infância constitui um período fundamental da formação humana, no qual as experiências vividas influenciam profundamente a construção da identidade, das relações sociais e das percepções de mundo. Nesse processo, a brincadeira ocupa lugar central: ela não se limita ao entretenimento, mas expressa modos de existir, imaginar, criar e compreender a realidade. Apesar disso, a ludicidade ainda é interpretada de forma equivocada por parte da sociedade, sendo vista como algo secundário, quando na verdade representa um direito assegurado às crianças pelo Estatuto da Criança e do Adolescadente (ECA). O Artigo 16 do documento afirma que o direito à liberdade inclui o brincar, praticar esportes e divertir-se. Contudo, em muitos contextos de vulnerabilidade social, as crianças não têm esse direito plenamente garantido, seja pela falta de espaços adequados, seja pela ausência de suporte familiar ou pelas condições desiguais de vida. Foi com essa perspectiva que se desenvolveu a observação participante realizada em uma Organização Não Governamental localizada na cidade de Recife, no âmbito da disciplina Prática Educacional: Pesquisa e Extensão (FN) do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que articula educação formal e não formal. A ONG atende majoritariamente crianças negras, filhas de mães solo, residentes em áreas urbanas das redondezas marcadas por desigualdade econômica, instabilidade familiar e limitações de acesso a direitos básicos. Nesse cenário, a instituição se constitui como um espaço de acolhimento, convivência, proteção e, sobretudo, de vivências lúdicas que muitas vezes não se realizam plenamente nem na escola nem nos ambientes domésticos. A análise do cotidiano da ONG permitiu perceber que a brincadeira é, sim, uma prática

[1]Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil, gloriadias.virginia@gmail.com;

universal e desejada por todas as crianças. Muitas delas brincavam intensamente, explorando os espaços e interagindo entre si; outras, porém, dormiam ou permaneciam mais quietas, esperando o momento da refeição ou a chegada de algum responsável. Essa diferença revela como a desigualdade impacta de maneira direta as experiências lúdicas das crianças, influenciando o acesso a brinquedos, o tempo disponível para brincar e até a forma como os adultos entendem sua infância. Como afirma Chimamanda Ngozi Adichie (2019), o perigo da "história única" está em reduzir sujeitos complexos a estereótipos, impedindo que suas múltiplas identidades e experiências sejam reconhecidas. Essa noção é essencial para compreender como, muitas vezes, as crianças em situação de vulnerabilidade são vistas apenas pela ótica da carência, da violência ou da pobreza, apagando suas expressões culturais, desejos, capacidades e potências criativas. A cor e a classe não são detalhes neutros na construção da infância; ao contrário, influenciam diretamente a forma como essas crianças são enxergadas e tratadas socialmente. Nilma Lino Gomes (2005) afirma que nenhuma identidade se constrói no isolamento: ela é constantemente negociada nas interações com o outro e com a coletividade. Portanto, os espaços que as crianças frequentam – a casa, a escola, a rua e a ONG – são constitutivos de suas identidades raciais, culturais e sociais. Dessa forma, a ONG assume um papel fundamental, pois amplia repertórios, promove convivências diversas e cria oportunidades de expressão que escapam à "história única" da vulnerabilidade. As brincadeiras observadas revelaram criatividade, cooperação, alegria e vínculos afetivos, evidenciando que, mesmo diante dos desafios, essas crianças elaboram mundos simbólicos ricos e plurais, diferentes daqueles que muitas vezes lhes são atribuídos socialmente. A presença majoritária de crianças negras na instituição torna indispensável o debate sobre relações raciais e educação. Nilma Lino Gomes (2005) destaca que as categorias "negro", "preto" e "pardo" não são apenas classificações estatísticas, mas expressam experiências sociais marcadas por desigualdades históricas. No Brasil, a infância negra enfrenta desafios específicos, como o racismo institucional, a falta de representatividade positiva e a menor valorização de suas culturas e vivências. Isso repercute diretamente na forma como essas crianças brincam, no incentivo que recebem e no espaço simbólico que lhes é concedido. Nesse sentido, autores indígenas como Daniel Munduruku (2009) contribuem para ampliar a reflexão, ao afirmar que crianças de povos minorizados – sejam indígenas, negras ou periféricas – carregam saberes e formas de interpretar o mundo que muitas vezes não são legitimadas pelas instituições tradicionais. Munduruku ressalta que toda criança tem direito à imaginação e à memória cultural, elementos que precisam ser preservados e fortalecidos

para que possam construir identidades afirmativas e potentes. A partir dessa compreensão, o espaço da ONG se revela como um território educativo que acolhe a diversidade cultural e incentiva a construção de identidades positivas. As atividades lúdicas desenvolvidas – jogos, brincadeiras espontâneas, contação de histórias e artes – constituem oportunidades de fortalecimento emocional e social. Ao brincar entre pares, as crianças negociam conflitos, aprendem regras, exercitam o diálogo e elaboram simbolicamente suas experiências de vida, inclusive aquelas marcadas por falta de afeto, violência doméstica ou instabilidade econômica. As observações realizadas revelam que a brincadeira, enquanto direito e linguagem da infância, pode assumir diferentes significados de acordo com o contexto social em que as crianças estão inseridas. Em situações de vulnerabilidade, os espaços comunitários e não formais desempenham papel crucial na garantia desse direito, ao oferecer oportunidades de convivência, escuta e expressão. Ao dialogar com Adichie (2019), compreende-se que é preciso romper com a história única que reduz essas crianças à narrativa da carência. Assim, a ONG observada se mostrou mais do que um espaço de acolhimento: revelou-se como território de construção de identidades, de afirmação cultural e de ampliação das possibilidades de ser criança. Em meio às dificuldades enfrentadas no cotidiano, as brincadeiras ali vividas demonstram que, quando o direito ao brincar é garantido, a infância floresce em potência, criatividade e humanidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 nov. 2025.

Adichie, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: _____. *Educação, identidade negra e formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 39-52.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro: reflexões e lições. Petrópolis: Vozes, 2012.